



20
24

Relatório e Contas

Aprovado no Conselho Geral de 15 de abril de 2025

D
m
N13
J
IF
cas
↑

Índice

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	3
2. CONSTITUIÇÃO E OBJETIVOS.....	4
3. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	9
5. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO A MÉDIO PRAZO	15
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	16
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
ANEXOS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
BALANÇO	19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	20
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	21
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	22
ANEXOS - DOCUMENTOS	23
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	43
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	44
RELATÓRIO DE AUDITORIA	45

NR
he
a p
g
IF
vos
f

1. Órgãos Sociais

Conselho Geral

Presidente da Mesa:	Prof. Doutor Rogério Anacleto Cordeiro Colaço (em representação do associado IST)
Primeiro Secretário:	Prof. Doutor Rodrigo Seromenho Miragaia Rodrigues (Presidente do Conselho Científico)
Segundo Secretário:	Prof. Doutor Arlindo Manuel Limede de Oliveira (em representação do associado INESC)

Conselho de Diretores

Presidente:	Prof ^a Doutora Maria Inês Camarate de Campos Lynce de Faria
Comissão Executiva:	
Presidente:	Prof. Doutor Miguel Nuno Dias Alves Pupo Correia
Vogal Executivo:	Prof. Doutor João Paulo Baptista de Carvalho
Vogal Executivo:	Prof. Doutor Nuno Filipe Valentim Roma
Vogal Executivo:	Prof ^a Doutora Helena Isabel de Jesus Galhardas
Vogal Não Executivo:	Prof. Doutor Luís Miguel de Oliveira e Silva
Vogal Não Executivo:	Eng. Fernando Rui de Oliveira Moreira

Conselho Fiscal

Presidente:	Prof. Doutor João Manuel Ricardo Catarino
Vogal:	Prof ^a Doutora Maria Isabel Marques Dias
Revisor Oficial de Contas:	Prof. Doutor Victor Domingos Seabra Franco (em representação da Grant Thornton – SROC, Lda.)

2. Constituição e Objetivos

O INESC-ID (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores: Investigação e Desenvolvimento em Lisboa) é uma instituição dedicada à Investigação & Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) avançados nas áreas de Ciências da Computação, Eletrotecnia e Engenharia de Computadores. O INESC-ID foi criado em julho de 1999, como resultado da reorganização das atividades de I&D da sua instituição-mãe, o INESC, em Lisboa. Dessa reorganização, foram criados cinco institutos: o INESC-ID, o INOV, o INESC-MN, o INESC TEC e o INESC Coimbra.

O INESC-ID é uma associação privada sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, por despacho do Senhor Ministro Adjunto do Primeiro Ministro de 3 de setembro de 2003, publicado na II Série do Diário da República de 27 de setembro de 2003. Foi ainda reconhecida, ao INESC-ID, idoneidade em matéria de I&D, pelo Despacho Conjunto nº 682/2002 dos Ministérios da Economia e da Ciência e da Tecnologia, publicado em Diário da República, II série, de 3 de setembro de 2002. Em 3 de Dezembro de 2004, por despacho da Senhora Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, o INESC-ID assumiu o Estatuto de Laboratório Associado, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei nº 125/99 de 20 de abril, substituído, durante o ano de 2019, pelo Decreto-Lei nº 63/2019 de 16 de maio. O INESC-ID renovou o seu estatuto de Laboratório Associado em 2021, por um período de 10 anos.

O INESC-ID possui ainda o reconhecimento da sua atividade científica para efeitos de Mecenato Científico.

Os seus associados são:

- IST - Instituto Superior Técnico (51%);
- INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (49%).

De acordo com o Artigo 2º dos seus Estatutos, o INESC-ID tem como objeto o exercício da atividade de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, bem como a prestação de serviços nas áreas das tecnologias de informação, telecomunicações, eletrónica, computadores e energia. Para isso, tem em conta a realização de investigação científica e tecnológica de base nas áreas a que se dedica. Promove a transferência de conhecimentos e a utilização de tecnologias avançadas por empresas e instituições, sensibilizando-as para os seus benefícios e apoiando-as na sua implementação através de consultoria, demonstração e formação. Contribui para a definição de políticas públicas que respondam aos desafios sociais, ambientais e económicos. Estabelece contratos-programa com entidades públicas ou privadas, visando intervenções estruturadas e programáticas de médio e longo prazo. Facilita a formação de recursos humanos qualificados, através de cursos especializados, estágios e apoio à realização de trabalhos de mestrado e doutoramento, publicando os resultados da investigação a que se dedica e difundindo a cultura científica e tecnológica nas suas áreas de

atuação. Promove a proteção da propriedade intelectual resultante da investigação e fomenta a permuta de informação científica e técnica com outras instituições. Promove ainda o debate e a divulgação de resultados através da organização de colóquios, seminários e conferências. Adicionalmente, exerce quaisquer outras atividades de carácter eminentemente científico e tecnológico que o Conselho Geral ou o Conselho de Diretores, com o acordo do Conselho Científico, entendam dever prosseguir.

Os objetivos estratégicos para o período 2020-2030, bem como a caracterização geral da instituição, encontram-se descritos em detalhe no relatório de atividades do ano em análise. Estes estão estruturados em torno de 5 pilares principais, que resultam de uma visão a longo prazo focada em áreas-chave para impulsionar a inovação e o impacto social: Excelência Científica, Internacionalização, Transferência de Tecnologia, Impacto Social e Desenvolvimento de Talento. Em particular:

Pilar 1 - Excelência Científica

- Publicar em locais de prestígio, seguindo diretrizes éticas e melhores práticas;
- Impulsionar impacto através de palestras, citações, adoção de software/conjuntos de dados, presença nos meios de comunicação e atividades de ciência aberta;
- Coordenar projetos interdisciplinares europeus e cooperação com a indústria;
- Melhorar a infraestrutura de computação, aperfeiçoar o centro de dados, reforçar a equipa de gestão, desenvolver um ambiente de investigação confiável para dados sensíveis;
- Publicar artigos, artefactos, software e conjuntos de dados em repositórios abertos;
- Formar mestres/doutores através de colaborações com universidades e redes de doutoramento, nomeadamente Marie Skłodowska-Curie Actions (MSCA).

Pilar 2 - Internacionalização

- Participar em programas europeus (com o apoio do INESC Brussels HUB) para promover visibilidade, reputação e representação;
- Reforçar o Gabinete de Gestão de Inovação para coordenar projetos europeus;
- Aumentar participação em redes internacionais (ex. EBSI, CLAIRE, ELIXIR, ELLIS, CurrentOS, VI-HPS);
- Expandir o número de pós-doutorados e alunos de doutoramento internacionais através de divulgação e serviços de apoio à relocalização;
- Apoiar financeiramente a internacionalização de investigadores sob a forma de ida a conferências, escolas e visitas de investigação;
- Organizar conferências internacionais de topo (ex. ACM ICSE 2024).

Pilar 3 – Transferência de Tecnologia

- Encorajar os investigadores a explorar o potencial de comercialização das suas descobertas;
- Fortalecer colaborações com operadores de sistemas e reguladores (ex. E-REDES, ENEDIS, ERSE) e expandir para operadores de transmissão e fornecedores de serviços de flexibilidade;
- Fomentar colaborações com empresas em projetos europeus, projetos RRF (ex. EFACEC, CoLabs, Smart Energy Lab, Unlockit, Sensefinity) e atividades de consultoria;
- Apoiar a criação de startups baseadas em investigação (ex. TestWaves, NeuralShift) através de iniciativas como o Lab2Market@Técnico;
- Apoiar PME e entidades públicas na transformação digital e cibersegurança através dos Hubs Europeus de Inovação Digital ATTRACT e C-HUB.

Pilar 4 – Impacto Societal

- Desenvolver um Gabinete de Comunicação e Divulgação sólido, eficaz e transdisciplinar;
- Reforçar a presença online através do website institucional, redes sociais e novos canais para alcance público e atração de investigadores;
- Participar em eventos de divulgação, envolvimento público e estabelecer redes para aumentar a atratividade de recrutamento e partilhar valor da I&D;
- Apoiar investigadores em atividades de divulgação nos meios de comunicação;
- Contribuir para políticas públicas a nível nacional como Laboratório Associado e europeu através do INESC Brussels Hub;
- Colaborar com o governo e administração pública em estratégias nacionais (ex. Web3, IA, Dados, Cibersegurança) e europeias (ex. Infraestrutura Europeia de Blockchain);
- Promover colaborações com infraestruturas do Roteiro Nacional através de projetos, partilha de dados e candidaturas conjuntas;
- Fomentar parcerias com infraestruturas de relevância internacional, especialmente na arena europeia;
- Formar uma nova geração de investigadores através de colaborações com as 9 instituições de ensino superior parceiras.

Pilar 5 - Desenvolvimento de Talento

- Apoiar novos investigadores contratados no contexto da FCT-Tenure;
- Implementar políticas de gestão de recursos humanos alinhadas com diretrizes nacionais e internacionais em ética e promoção de diversidade, equidade e inclusão;
- Colocar os alunos de doutoramento no centro da instituição através de reuniões mensais, encontros anuais exclusivos e criação de espaços físicos dedicados para *networking* e criação de comunidade;
- Capacitar os investigadores para comunicar resultados e o seu impacto social através de atividades de divulgação e envolvimento com media, com apoio do Gabinete de Comunicação.

D!
he
NM
J
Juf
Los
P

3. Caracterização da Instituição

A atividade do INESC-ID, no exercício em análise, foi estruturada em quatro grandes Linhas Temáticas que abrangem quatro temas unificadores de relevância societal, integrando recursos e conhecimentos de diversas áreas, tecnologias e disciplinas, e incluem atividades desde investigação até aplicações de mercado, com um foco particular em inovação:

- Transformação Digital e Sociedade;
- Tecnologias da Vida e da Saúde;
- Transição Energética; e
- Segurança e Privacidade.

Estas linhas promovem a colaboração e a sinergia entre as 10 áreas científicas, permitindo à instituição abordar de forma eficaz e impactante os desafios da atualidade. São estas:

- Inteligência Artificial para as Pessoas e a Sociedade;
- Raciocínio Automatizado e Software Confiável;
- Sistemas Distribuídos, Paralelos e Seguros;
- Interação e Gráficos;
- Energia Verde e Conversores Inteligentes;
- Arquiteturas e Sistemas de Computação de Alto Desempenho;
- Tecnologias da Linguagem Humana;
- Sistemas de Informação e de Apoio à Decisão;
- Sistemas e Circuitos Nanoeletrónicos; e
- Sistemas Sustentáveis de Potência.

O INESC-ID posiciona-se, assim, como uma instituição com elevado impacto social, disponibilizando um número significativo de serviços e produtos para a comunidade. Para o efeito, é privilegiado e promovido o diálogo permanente entre a indústria, a investigação e a academia, através da formalização das diferentes formas de cooperação que o INESC-ID tem estabelecido com diversas entidades, nomeadamente no que concerne a recursos humanos, infraestruturas e partilha de know-how.

Para além das parcerias formais, destaca-se ainda um elevado número de acordos de cooperação com outras instituições e empresas, quer no âmbito dos projetos de investigação, quer através de contratos de prestação de serviços.

Em dezembro de 2024, pertencia ao Conselho Científico do INESC-ID (CCIL) um total de 167 investigadores doutorados (dos quais 39 com agregação). O INESC-ID contava ainda com 39 colaboradores externos, 182 estudantes de doutoramento, 341 estudantes de mestrado e 21 profissionais nos gabinetes de apoio e administrativo.

O corpo de investigadores é constituído principalmente por docentes do IST, pertencentes aos Departamentos de Engenharia Informática (DEI), Departamento de Engenharia

Eletrotécnica e de Computadores (DEEC), Departamento de Matemática (DM), Departamento de Bioengenharia (DBE) e Departamento de Engenharia Civil (DCivil), sendo distribuídos da seguinte forma:

- DEI: 69 docentes;
- DEEC: 45 docentes;
- DM: 1 docente;
- DBE: 1 docente;
- DCivil: 1 Docente.

Na presente data, o INESC-ID tem diversos *Third Party Agreements* (e outras parcerias) para efeitos de cedência de investigadores que realizam o seu trabalho no âmbito das atividades e nas instalações do INESC-ID, de que o Instituto Superior Técnico é exemplo, entre outras instituições.

Os bolseiros integrados na equipa são, maioritariamente, financiados pela FCT (diretamente ou através de bolsas integradas em projetos de investigação) e no âmbito de projetos europeus. Em 2024, foram atribuídas 163 bolsas pelo INESC-ID, e o número de bolseiros acolhidos com bolsas de outras instituições foi de 76. A maioria dessas bolsas são destinadas a programas de mestrado e doutoramento.

A nível de contratados, o INESC-ID totalizou 47 novas contratações em 2024. A grande maioria das contratações ocorreu na área de investigação, especificamente no âmbito dos 5 projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em curso no INESC-ID, com 28 novas contratações.

Em 2024, o financiamento do INESC-ID proveio essencialmente das seguintes fontes relacionadas com a atividade operacional:

- Contratos de I&D com empresas e instituições nacionais e estrangeiras, no valor de 469 mil euros;
- Subsídios de instituições nacionais, no montante de 4.774 mil euros;
- Projetos de investigação internacionais efetuados em parceria com outras instituições de I&D e empresas nacionais e estrangeiras, de entre os quais sobressaem os projetos financiados pela Comunidade Europeia, no valor 1.581 mil euros;
- Subsídios ao investimento no montante de 297 mil euros;
- Proveitos de conferências no montante de 73 mil euros.

4. Análise Económica e Financeira

Enquadramento Macroeconómico

Segundo os dados mais recentes do Banco de Portugal (dez 2024), a economia portuguesa terá crescido, em 2024, em torno de 1,7%, mantendo um desempenho acima da média da União Europeia.

A contribuição para esta evolução do Produto Interno Bruto (PIB) teve origem sobretudo do lado da procura interna (mais 2,2%), com uma aceleração do consumo privado em mais 3% (depois de um aumento de 2% registado em 2023), estimulado pelo aumento dos fatores remuneratórios.

Com o efeito, nomeadamente, das medidas e alterações na fiscalidade e das prestações sociais, o rendimento disponível registou um aumento elevado, da ordem de 7%, muito acima dos valores históricos (2,3% em 2023). No entanto, este efeito será apenas conjuntural, devendo desacelerar e voltar aos níveis normais nos próximos anos.

As exportações, no quadro de algum dinamismo registado na procura externa e de aumentos nas exportações de bens, registaram igualmente um crescimento positivo (mais 3,9%, de acordo com os referidos dados do Banco de Portugal).

No que se refere ao investimento, o mesmo estagnou, sendo o seu contributo praticamente nulo para o crescimento da economia em 2024.

O mercado de trabalho pautou-se por um aumento do emprego e dos salários reais, com uma taxa de desemprego, em percentagem da população ativa, a fixar-se nos 6,4%.

A inflação, depois da redução acentuada de 5,3% em 2023 para cerca de 2,5% em 2024, deverá continuar a baixar e manter-se a níveis controlados da ordem de 2% nos próximos anos, em linha com o esperado para a área do euro.

Com o impacto positivo da diminuição das taxas de juro e da recalendarização e aceleração da execução do PRR, será também de esperar uma recuperação do investimento nos próximos anos.

Para o período 2025-2026, as projeções do Banco de Portugal apontam para uma evolução positiva, num quadro de melhorias das condições financeiras, dinamismo da procura externa e efeito positivo de uma maior entrada de fundos europeus, no fim do ciclo do PRR. O crescimento do PIB em comparação com a média europeia deverá manter, neste período, um diferencial favorável face à média projetada para a zona Euro, em cerca de +0,8 pontos percentuais.

No entanto, a condicionar fortemente este cenário favorável, permanecem as incertezas e fatores de risco significativos associados aos atuais conflitos mundiais e focos de tensão geopolítica.

R:
 me
 no
 P
 ID
 Cor
 ↑

Para a atividade de investigação e desenvolvimento em particular, onde se inserem instituições como o INESC-ID, esta estará também condicionada, após o fim do PRR, pela definição neste contexto global, das políticas nacionais e europeias relativas aos apoios e fundos disponíveis para esta área.

Desempenho Operacional e Resultados

O exercício de 2024 registou, globalmente, um significativo crescimento da atividade do INESC-ID, com os rendimentos totais a passarem de 6.419 mil euros em 2023 para 7.680 mil euros em 2024, representando um aumento de cerca de 20%.

O Resultado líquido alcançado no exercício, e o Resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos ("EBITDA"), observaram, também, a manutenção em valores francamente positivos, registando valores de mais de 205 mil euros e de mais de 410 mil euros, respetivamente.



Em termos económico-financeiros, a situação do INESC-ID manteve a tendência de aumento da atividade dos últimos anos, num quadro de estabilidade financeira, à luz de diversos indicadores que se apresentam no quadro abaixo:

(Milhares de Euros)

Informação Financeira	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Rendimentos totais	7.680	6.419	5.217	5.184	4.651	4.542
("EBITDA")	410	420	252	335	262	277
("EBIT")	12	53	18	59	45	46
Resultado líquido	205	101	15	54	40	42
Ativo líquido	13.168	14.844	8.266	6.813	7.691	6.851
Capital próprio	1.585	1.550	1.177	1.370	1.304	1.271
Investimento	656	700	286	244	290	162

me
NB

Jf
Los
p

No que se refere à contribuição dos Rendimentos por atividades, apresentada no quadro abaixo, o crescimento em 2024 teve origem sobretudo na componente de Projetos de I&D cofinanciados (Subsídios à Exploração no quadro), tendo esta aumentado em 23% face ao ano anterior, atingindo um total de 6,3 milhões de euros:

(Milhares de Euros)				
Rendimentos	2024	2023	Var.24/23	Δ%
Rendimentos operacionais				
Vendas e Prestação de Serviços	469	628	(159)	(25)
Subsídios à Exploração	6.355	5.184	1.172	23
Outros Rendimentos	657	552	105	19
Rend. financeiros e Ganhos associados				
	199	55	144	261
Rendimentos totais	7.680	6.419	1.261	20

A atividade de Projetos de I&D cofinanciados passou a representar, em 2024, cerca de 83% dos Rendimentos operacionais totais (contra cerca de 81% em 2023).

Conforme representado no gráfico seguinte, a componente de Projetos Nacionais atingiu o total de 4.774 mil euros, traduzindo um aumento de 53% (mais 1.652 mil euros), comparativamente com o ano anterior. Para esta evolução contribuíram os rendimentos provenientes dos cinco projetos do programa PRR a decorrer no INESC-ID, cuja execução em 2024 representou um total de rendimentos de 3.147 mil euros.



A componente de Projetos Europeus atingiu o total de 1.581 mil euros, representando uma redução de cerca de 480 mil euros face a 2023. Entretanto, no segundo semestre de 2024, foram aprovados mais 4 projetos Europeus, com um financiamento total superior a 2 M€.



 We

 n19



 Jif

 Lor



Já a componente referente ao financiamento plurianual da FCT e emprego científico observou um ligeiro aumento (de 596 mil euros, em 2023, para 676 mil euros em 2024).

Com a concentração dos proveitos nos projetos de I&D, as Prestações de Serviços diretas para empresas e outros parceiros registaram uma redução no presente exercício, passando de 628 mil euros para 469 mil euros, respetivamente, em 2023 e em 2024 (menos 25%).

Os Outros Rendimentos (designados de Proveitos Extraordinários, no gráfico) totalizaram 657 mil euros (mais 19% relativamente a 2023), destacando-se nesta rúbrica o montante referente aos subsídios ao investimento reconhecidos no exercício (297 mil euros) e o montante recebido a título de doações para promoção da atividade de investigação (193 mil euros). Há ainda a referir a manutenção de rendimentos provenientes da atividade de organização de conferências, no valor de 73 mil euros.

No capítulo dos Gastos, registou-se a seguinte evolução:

(Milhares de Euros)				
Gastos	2024	2023	Var.24/23	Δ%
Gastos operacionais				
Fornec. e Serviços Externos	2.086	2.643	(557)	(21)
Gastos com Pessoal	4.541	3.007	1.534	51
Amortizações e Depreciações	398	368	30	8
Outros gastos	445	295	150	51
Gastos financeiros	5	6	(1)	(6)
Gastos totais	7.475	6.318	1.156	18

Os Gastos Totais (7.475 mil euros) aumentaram cerca de 18% em relação ao ano anterior, em linha com o crescimento da atividade. Os Gastos com Pessoal atingiram 4,5 milhões euros, refletindo um aumento de 51% face a 2023, decorrente sobretudo das contratações necessárias à execução dos projetos de I&D no âmbito do PRR.





 ND

 he

 NB

 @

 Id

 lei

 |

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram uma redução de 21%, motivada sobretudo por um menor recurso à contratação de serviços especializados externos ao INESC-ID. Houve também uma redução de despesas relacionadas com deslocações e estadas associadas à execução dos projetos europeus e à participação em conferências, mas com pouca expressividade.

Análise Financeira

A situação financeira do INESC-ID manteve-se equilibrada em 2024. A estrutura patrimonial refletida no Balanço a 31 de dezembro 2024 é, em síntese, a seguinte:

(Milhares de Euros)			
Balanço	2024	2023	Δ %
Ativos fixos	1.043	776	34%
Ativos correntes			
Dívidas correntes a receber	3.935	4.745	-17%
Diferimentos	20	24	-15%
Disponibilidades	8.170	9.299	-12%
Total do Ativo	13.168	14.844	-11%
Passivo não corrente (Provisões)	701	674	4%
Passivos correntes			
Dívidas correntes a pagar	514	378	36%
Outras Dívidas	3.471	5.324	-35%
Dívidas por financiamentos obtidos	0	0	-
Diferimentos	6.897	6.918	0%
Total do Passivo	11.583	13.293	-13%
Total dos Fundos Patrimoniais	1.585	1.551	2%

Indicadores			
Autonomia Financeira	12%	10%	15%
Liquidez Geral	111%	111%	0%

O Ativo atinge o valor perto de 13,2 milhões de euros, evidenciando uma pequena redução da ordem de 11% em relação ao ano de 2023. Este decréscimo, pouco expressivo, apresenta uma natureza conjuntural, devendo-se não só a uma redução dos montantes (dívidas) por receber dos fornecedores e entidades financiadoras da atividade do INESC-ID (-17%) mas também a uma pequena redução (-12%) das disponibilidades e depósitos bancários relacionadas com adiantamentos recebidos destinados à execução dos projetos de I&D cofinanciados. Há, contudo, um acréscimo expressivo ao nível dos ativos fixos (+34%) relacionados com o investimento feito ao nível do equipamento utilizado pelos projetos europeus recentemente iniciados bem como dos projetos financiados no âmbito do PRR.

ND
L
ND
P
IV
LCS
P

No Passivo, destaca-se sobretudo o peso relativo das rubricas de Diferimentos (6,9 milhões euros) e de Outras Dívidas a Pagar (3,5 milhões euros). Enquanto do lado dos diferimentos (relacionados sobretudo com os adiantamentos recebidos das entidades financiadoras) mantém-se um valor muito próximo do observado em 2023, do lado das Outras Dívidas a Pagar, são registadas verbas a entregar a parceiros de projetos coordenados pelo INESC-ID que observa uma redução da ordem dos 35%, evidenciando a regularização dos acertos de contas estabelecidos com os parceiros do INESC-ID.

No Passivo não corrente, mantém-se a provisão relativa ao Imposto de Valor Acrescentado (IVA), no valor de 579 mil euros, estando ainda a aguardar-se o desfecho dos respetivos processos judiciais em curso.

Do lado das origens de fundos, o balanço evidencia a capacidade de autofinanciamento do INESC-ID, sem necessidade de recurso a qualquer endividamento financeiro para a realização das atividades de investigação.

Os Fundos Patrimoniais registam um acréscimo de cerca de 35 mil euros em 2024 (+2%). Além do efeito do resultado líquido de 2024 (205 mil euros), esta evolução reflete, por outro lado, uma redução do registo de subsídios destinados ao investimento (comparativamente com 2023), resultante de uma parcela deste investimento ainda não ter iniciado a sua amortização.

O gráfico seguinte ilustra a variação do Capital Próprio do INESC-ID desde a sua constituição, evidenciando uma evolução sustentadamente crescente ao longo dos últimos anos (com a exceção do ano de 2022, em que se verificou uma restituição de prestações acessórias ao associado INESC). Na presente data, o Capital Próprio é de 1,585 milhões de euros.



ND
L
17P
IF
Lof
P

5. Perspetivas de Evolução a Médio Prazo

Durante o ano de 2024, o INESC-ID beneficiou da classificação de Excelente alcançada na anterior avaliação realizada pela FCT, o que lhe garantiu um nível de financiamento plurianual FCT para o período 2020-2024 muito semelhante ao que recebeu por via desta fonte de financiamento, em ciclos anteriores. A este financiamento acresce ainda o financiamento proveniente da renovação do estatuto de Laboratório Associado, em 2021.

No total, em 2024, o INESC-ID teve em execução 33 projetos nacionais, 23 projetos internacionais e 31 contratos bilaterais. Ao longo do ano, foram iniciados 3 novos projetos nacionais, 7 projetos internacionais, e 18 contratos bilaterais. De entre os projetos nacionais, contam-se os 5 projetos financiados ao abrigo do PRR, a que corresponde um montante total financiado que excede os 10 milhões de euros. Por conseguinte, estes indicadores mostram o elevado grau de empenho dos investigadores da instituição, apesar da não abertura de novos concursos para o financiamento de projetos nacionais em 2024.

O atual ciclo de crescimento da atividade do INESC-ID iniciou-se em 2019. Desde essa altura, tem-se observado a manutenção de uma fase caracterizada por um forte dinamismo e um consolidado aumento não só dos indicadores que aferem a criação de conhecimento (principal objetivo da instituição), mas também dos indicadores relacionados com a capacidade dos seus investigadores em procurar meios de financiamento do seu trabalho de investigação.

Para alcançar este objetivo, o INESC-ID tem vindo a adotar uma estratégia de gestão baseada na captura de financiamento europeu como forma de cimentar a sua afirmação científica no panorama europeu e de garantir estabilidade no seu financiamento. Neste sentido, apostou-se na criação de uma presença efetiva em Bruxelas, com a criação do INESC-HUB, com custos partilhados entre as instituições do universo INESC (INESC-MN, INOV, INESC-TEC e INESC Coimbra). Foi também estabelecido o consórcio INESC-Lisboa, juntando os institutos da esfera INESC sediados em Lisboa (INESC-ID, INOV e INESC-MN), e com a finalidade de potenciar sinergias nas áreas da investigação, desenvolvimento e inovação.

Alinhado com este esforço de consolidação e expansão da sua atividade, o INESC-ID tem vindo a apostar na integração de colaboradores e investigadores especialmente qualificados (PhD) em áreas determinantes para firmar os objetivos de crescimento definidos. Atendendo às oportunidades proporcionadas pelo financiamento proveniente dos projetos PRR, no final de 2023 a equipa de suporte à atividade do INESC-ID foi reforçada com a contratação de um investigador (PhD) com o perfil e missão de reestruturar o Gabinete de Comunicação, Promoção e Divulgação (*Communication and Outreach Office* - COO). Em 2024, este gabinete foi reforçado com a contratação de uma colaboradora especializada na produção de conteúdos de divulgação de ciência, e de uma outra para prestar apoio nas tarefas de

divulgação institucional. Ainda durante o ano de 2024, apostou-se na contratação de uma investigadora (PhD) com a missão de reestruturar o gabinete para a Transferência de Tecnologia e Conhecimento (*Knowledge Transfer Office - KTO*), potenciando assim a valorização das contribuições e demais atividades de investigação e desenvolvimento realizadas pelos investigadores do INESC-ID.

Contudo, este ciclo de crescimento tem vindo a ser sujeito a diversos fatores nos contextos social, económico e político. Ultrapassada a escalada da inflação e consequentes repercussões económicas observadas no decurso da guerra na Ucrânia e que hoje se fazem sentir por toda a Europa, as mais recentes alterações observadas tanto ao nível geopolítico como da defesa da Europa perspetivam uma maior canalização de fundos para áreas relacionadas com a segurança do território e o armamento. Aliados a estes fatores, surgem no horizonte outras dificuldades e riscos acrescidos ao nível dos mercados globais, muito por via da recente imposição de tarifárias alfandegárias pelos Estados Unidos da América sobre as trocas realizadas não só com a Europa, mas também com outros parceiros do mercado global. Como consequência desta nova conjuntura, perspetiva-se a possibilidade de algum impacto na atividade do INESC-ID. Se na economia estes impactos são inevitavelmente negativos e de grande dimensão, na atividade regular de I&D, as dificuldades e custos acrescidos na aquisição de equipamentos e serviços afetam especialmente a execução de projetos e introduzem incerteza na evolução dos fundos disponíveis para os próximos programas-quadro. Felizmente, estes impactos têm vindo a ser contrapostos com novas oportunidades de projetos competitivos em diversas áreas emergentes e da esfera de intervenção do INESC-ID, como sejam as áreas da saúde, da inteligência artificial, e da aceleração da digitalização da economia.

Não obstante os fatores de incerteza em relação à situação atual, o INESC-ID tem preservado as suas características próprias, permitindo manter um moderado otimismo em relação ao futuro, muito graças à solidez da sua situação financeira, que lhe permite encarar com alguma confiança os impactos negativos desta conjuntura. Apesar destas limitações e restrições de natureza económica, os investigadores do INESC-ID têm mantido uma dinâmica e um esforço muito significativo na procura de financiamento (competitivo e não só).

6. Proposta de Aplicação de Resultados

Propomos que os resultados apurados no exercício de 2024, no montante de 204.587 euros (duzentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e sete euros), transitem para a adequada conta de Resultados Transitados, após a constituição da Reserva Legal no montante de 10.229 euros (dez mil, duzentos e vinte e nove euros).

7. Considerações Finais

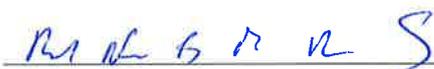
No final deste exercício, cumpre expressar profundo agradecimento a todos os que depositaram confiança no INESC-ID e, em especial: aos seus associados (o Instituto Superior Técnico e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores), às entidades financiadoras, aos investigadores, bolseiros e colaboradores, assim como aos restantes órgãos do INESC-ID, que têm proporcionado um crescimento, em qualidade e quantidade, da atividade da instituição.

Lisboa, 31 de março de 2025.

O Conselho de Diretores



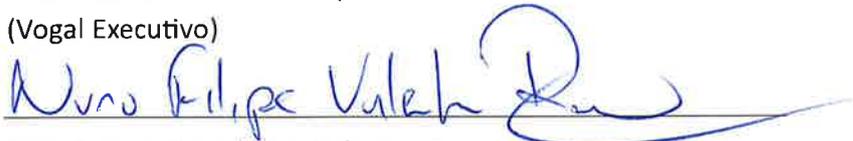
Prof.ª Doutora Maria Inês Camarate de Campos Lynce de Faria
(Presidente)



Prof. Doutor Miguel Nuno Dias Alves Pupo Correia
(Presidente da Comissão Executiva)



Prof. Doutor João Paulo Baptista de Carvalho
(Vogal Executivo)



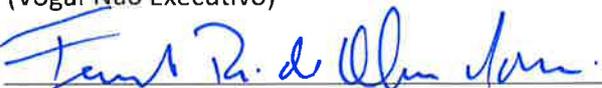
Prof. Doutor Nuno Filipe Valentim Roma
(Vogal Executivo)



Prof.ª Doutora Helena Isabel de Jesus Galhardas
(Vogal Executivo)



Prof. Doutor Luís Miguel de Oliveira e Silva
(Vogal Não Executivo)



Eng. Fernando Rui de Oliveira Moreira
(Vogal Não Executivo)

Handwritten notes in blue ink:
D.
m
JF

h
L
P

ANEXOS - Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração de Resultados Por Naturezas

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(ver páginas seguintes)



m
df

bc
LSD

Balanço

		(Euros)	
ATIVO	Notas	2024	2023
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	957.654	699.561
Ativos intangíveis	7	8.562	-
Participações financeiras	8	68.057	68.057
Outros investimentos		8.281	8.281
Total do ativo não corrente		1.042.553	775.899
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	10	189.052	295.601
Estado e outros entes públicos	11	174.394	296.615
Outros créditos a receber	10	3.571.417	4.153.235
Diferimentos	12	20.249	23.874
Caixa e depósitos bancários	4	8.169.885	9.298.777
Total do ativo corrente		12.124.997	14.068.102
Total do ativo		13.167.550	14.844.001

		(Euros)	
FUNDOS E PASSIVO	Notas	2024	2023
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	13	498.798	498.798
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	14	-	-
Reserva legal	15	48.359	43.305
Resultados transitados	17	498.048	402.031
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	335.109	504.800
		1.380.314	1.448.934
Resultado líquido do exercício		204.587	101.071
Total dos fundos patrimoniais		1.584.901	1.550.005
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	18	700.917	673.659
Total do passivo não corrente		700.917	673.659
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	19	349.698	275.959
Estado e outros entes públicos	11	164.522	102.880
Outras dívidas a pagar	19	3.470.976	5.323.817
Diferimentos	12	6.896.537	6.917.681
Total do passivo corrente		10.881.733	12.620.337
Total do passivo		11.582.650	13.293.996
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		13.167.550	14.844.001

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

(Nº 91 565)

Priscila Gomes

O CONSELHO DE DIRETORES

Nuno Filipe Vitor
 Maria Inês Comate de Campos Lyque de Faria
 Rui M. B. A. R. S.
 Helena Isabel de Jesus S. Marques
 Relatário e Contas 2024 | 19
Luís Miguel de Oliveira
António de Almeida

Demonstração de Resultados Por Naturezas

		(Euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2024	2023
Serviços prestados	22	469.269	628.270
Subsídios à exploração	23	6.355.495	5.183.514
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	-	-
Fornecimentos e serviços externos	24	(2.085.529)	(2.642.708)
Gastos com o pessoal	25	(4.540.608)	(3.006.919)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	10	(242.300)	(139.561)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis ((perdas)/reversões)	8	-	-
Provisões ((constituições) / reversões)	18	(27.258)	(16.941)
Outros rendimentos	26	656.568	552.049
Outros gastos	27	(175.914)	(137.550)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		409.724	420.154
Gastos de depreciação e de amortização	30	(397.598)	(367.545)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.126	52.609
Juros e rendimentos similares obtidos	28	198.561	55.018
Juros e gastos similares suportados	29	(5.329)	(5.694)
Resultado antes de impostos		205.358	101.933
Impostos sobre o rendimento do exercício	9	(771)	(862)
Resultado líquido do exercício		204.587	101.071
Resultado por unidade de participação	32	2.045,87	1.010,71

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

(Nº 91 565)

Janice Paula Lopes

O CONSELHO DE DIRETORES

Nuno Filipe Vileh
 Maria Inês Coimbra de Campos Leuce de Faria
 Helena Isabel de Jesus Salgueiro
 Relatário e Contas
 2024

20
Luís Miguel de Oliveira
Teresa Pa. de Almeida

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

(Euros)

	Notas	Fundos (Nota 13)	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais (Nota 14)	Reserva legal (Nota 15)	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais (Nota 16)	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
Saldo em 1 de janeiro de 2023		498.798	125.000	42.537	387.441	107.644	15.358	1.176.779
Operações e alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022	17	-	-	768	14.590	-	(15.358)	-
Restituição de prestações acessórias		-	(125.000)	-	-	-	-	(125.000)
Subsídios ao investimento	16	-	-	-	-	397.156	-	397.156
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023		-	-	-	-	-	101.071	101.071
Saldo em 31 de dezembro de 2023		498.798	-	43.305	402.031	504.800	101.071	1.550.006
Operações e alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	17	-	-	5.054	96.017	-	(101.071)	-
Restituição de prestações acessórias	14	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	16	-	-	-	-	(169.691)	-	(169.691)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	-	-	204.587	204.587
Saldo em 31 de dezembro de 2024		498.798	-	48.359	498.048	335.109	204.587	1.584.901

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

(Nº 91 565)

Jana Paubakhe

O CONSELHO DE DIRETORES

Nuno Filipe Vale
 Presidente do Conselho de Administração
 Helena Isabel de Jesus Salgueiro
 21
 Relatório e Contas 2024
 Luís Miguel de Oliveira e Silva
 Paulo R. de Almeida

Demonstração dos Fluxos de Caixa

		(Euros)	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:	Notas	2024	2023
Recebimentos de clientes		575.818	522.944
Recebimentos de subsídios à exploração		4.669.161	9.013.425
Pagamentos a fornecedores		(2.147.287)	(2.528.033)
Pagamentos ao pessoal		(4.385.077)	(2.684.589)
Fluxos gerados pelas operações		(1.287.384)	4.323.746
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	(234)
Outros recebimentos		326.731	341.851
Fluxos das atividades operacionais [1]		(960.653)	4.665.364

		(Euros)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	Notas	2024	2023
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(488.696)	(818.517)
Participação financeira	8	-	(5.000)
		(488.696)	(823.517)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídio ao investimento	16	127.224	397.156
Juros e rendimentos similares		198.561	55.018
Dividendos	8	-	-
		325.786	452.174
Fluxos das atividades de investimento [2]		(162.910)	(371.343)

		(Euros)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	Notas	2024	2023
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(5.329)	(5.699)
Prestações acessórias	14	-	(125.000)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(5.329)	(130.699)

		(Euros)	
FLUXOS DE CAIXA:	Notas	2024	2023
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		(1.128.892)	4.163.322
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	9.298.777	3.271.945
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		8.169.885	9.298.777

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

(Nº 91 565)

Janic Pauballe

O CONSELHO DE DIRETORES

Nuno Filipe Vukobratovic
Maria Inês Cordeiro de Campos Lima
Helena Isabel de Jesus Gomes

Relatório e Contas
2024

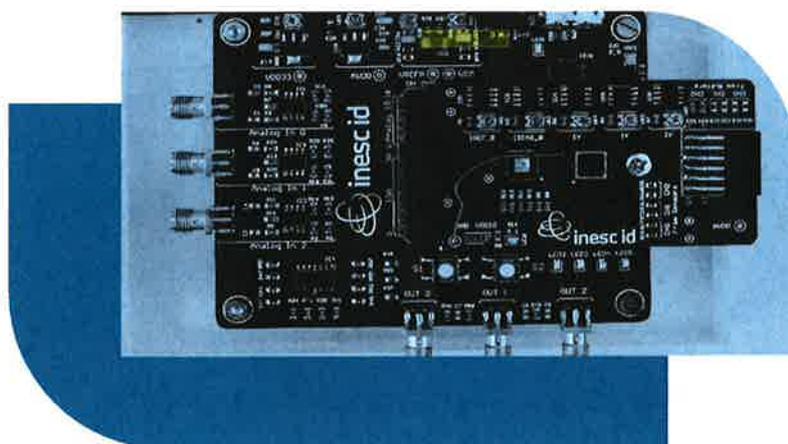
22

L. L. L.
Luís Miguel de Oliveira
Fim 12. de Abril 2024

ANEXOS - Documentos

Anexo às Demonstrações Financeiras
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Certificação Legal de Contas
Relatório de Auditoria

(ver páginas seguintes)



Handwritten notes in blue ink:
P.
nh
5/1

h
603
P

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("Instituto" ou "INESC ID") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em janeiro de 2000, que tem como atividade principal a investigação científica, orientada para a prestação de serviços no campo da inovação tecnológica e a colaboração, neste âmbito, com organismos, empresas e instituições universitárias ou não universitárias.

Na sequência de uma proposta submetida em novembro de 2004 e ao abrigo do Decreto - Lei nº 125/99 de 20 de abril, foi atribuído ao Instituto o estatuto de Laboratório Associado. Com a atribuição deste estatuto por despacho do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, o Instituto assumiu novos compromissos relacionados com a prossecução de atividades em diversas áreas, das quais se destacam a investigação em tecnologias de ponta em desenvolvimento de software e hardware.

O Instituto é detido em 51% pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa ("IST") e 49% pelo INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estas duas entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

ND:
nm
DF
\$
me
lor
/

NP!
nn
LRF

me
LOR
/

A Direção procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. As perdas estimadas na sua realização, quando estimadas, são registadas na demonstração dos resultados no período em que ocorrem. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento administrativo	5 a 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, em 3 anos. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Loações

Os pagamentos de loações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.7. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.8. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir este risco.

Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais, na rubrica de subsídios, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including initials and symbols.

Subsídios à exploração:

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do exercício em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo (Diferimentos) os adiantamentos e no ativo (Outros créditos a receber) os montantes a receber.

3.9. Impostos sobre o rendimento

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o Instituto encontra-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"). Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

3.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

12
nu
UF
\$
W
Los
P

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.12. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na data do balanço e na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário.

Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros classificados são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração, é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

D.
nn
IUF

me
Loz
/

3.15. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” do balanço era como segue:

	2024	2023
Depósitos à ordem	625.885	2.654.777
Depósitos a prazo (a)	7.544.000	6.644.000
Caixa e depósitos bancários	<u>8.169.885</u>	<u>9.298.777</u>

(a) Os depósitos a prazo cujo vencimento seja superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2024			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<u>Ativo bruto:</u>				
Saldo inicial	1.979.207	38.212	320	2.017.739
Aquisições	270.811	8.896	375.984	655.691
Transferências	24.568	-	(24.568)	-
Saldo final	<u>2.274.586</u>	<u>47.107</u>	<u>351.736</u>	<u>2.673.430</u>
<u>Depreciações:</u>				
Saldo inicial	1.285.313	32.865	-	1.318.177
Depreciações do exercício (Nota 30)	392.293	5.304	-	397.598
Saldo final	<u>1.677.606</u>	<u>38.169</u>	<u>-</u>	<u>1.715.775</u>
<u>Ativo líquido</u>	<u>596.979</u>	<u>8.938</u>	<u>351.736</u>	<u>957.654</u>

O aumento verificado na rubrica de "Programas de computador" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, corresponde, essencialmente, à atualização do sistema contabilístico da entidade para SAP4Hanna.

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto detinha as seguintes participações financeiras:

Rubricas	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas de imparidade	Valor da participação em balanço
INOV INESC Inovação - Instituto de Novas Tecnologias ("INOV")	5%	33.486	-	33.486
Petsys, S.A.	6%	23.310	(23.310)	-
Voiceinteration, S.A.	20%	20.000	-	20.000
Neuralshift, Deep Learning Services, Lda. ("Neuralshift")	4,7%	2.571	-	2.571
SiliconGate, Lda.	2%	1.000	-	1.000
Smart	6%	6.000	-	6.000
Testwaves	2%	5.000	-	5.000
		<u>91.367</u>	<u>(23.310)</u>	<u>68.057</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nas rubricas de "Participações financeiras", foi o seguinte:

Rubricas	2024			
	Saldo inicial	Aquisição/ alienação	Reversão de Imparidade	Saldo final
INOV	33.486	-	-	33.486
Petsys, S.A.	23.310	-	-	23.310
Voiceinteration, S.A.	20.000	-	-	20.000
SiliconGate	1.000	-	-	1.000
Neuralshift	2.571	-	-	2.571
Smart	6.000	-	-	6.000
Testwaves	5.000	-	-	5.000
	<u>91.367</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>91.367</u>
Ajustamentos por perdas por imparidade:				
Petsys, S.A.	(23.310)	-	-	(23.310)
	<u>(23.310)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.310)</u>
	<u>68.057</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>68.057</u>
Rubricas	2023			
	Saldo inicial	Aquisição/ alienação	Reversão de Imparidade	Saldo final
INOV	33.486	-	-	33.486
Petsys, S.A.	23.310	-	-	23.310
Voiceinteration, S.A.	20.000	-	-	20.000
SiliconGate	1.000	-	-	1.000
Neuralshift	2.571	-	-	2.571
Smart	6.000	-	-	6.000
Testwaves	-	5.000	-	5.000
	<u>86.367</u>	<u>5.000</u>	<u>-</u>	<u>91.367</u>
Ajustamentos por perdas por imparidade:				
Petsys, S.A.	(23.310)	-	-	(23.310)
	<u>(23.310)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.310)</u>
	<u>63.057</u>	<u>5.000</u>	<u>-</u>	<u>68.057</u>



 NN

 JF

 \$

 W

 Los

 P

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Clientes inclui saldos com partes relacionadas no montante de 0 Euros e 663 Euros (Nota 31).

Os subsídios a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa da Direção do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi como segue:

Descrição	2024				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	
Clientes	(138.166)	-	-	-	(138.166)
Outros créditos a receber	(1.312.700)	(242.300)	-	-	(1.555.000)
	<u>(1.450.866)</u>	<u>(242.300)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.693.166)</u>

Descrição	2023				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	
Clientes	(137.605)	(561)	-	-	(138.166)
Outros créditos a receber	(1.173.700)	(139.000)	-	-	(1.312.700)
	<u>(1.311.305)</u>	<u>(139.561)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.450.866)</u>

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" tinham a seguinte composição:

	2024	2023
Ativo:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a)	<u>174.394</u>	<u>296.615</u>
Passivo:		
IRC:		
Estimativa de imposto (Nota 9)	771	862
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	39.076	25.732
Contribuições para a Segurança Social	76.698	43.885
Imposto sobre o Valor Acrescentado	<u>47.977</u>	<u>32.401</u>
	<u>164.522</u>	<u>102.880</u>

- (a) O valor de Imposto sobre o Valor Acrescentado, respeita a imposto a recuperar, resultante de aquisições de bens e serviços no âmbito da atividade de investimento e de investigação do Instituto e para o qual, em exercícios anteriores, foram solicitados reembolsos, pendentes de pagamento (Nota 18).

D:
 nn
 uf
 \$
 h
 h
 cor
 P

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas do ativo e passivo corrente "Diferimentos" tinham a seguinte composição:

	2024	2023
<u>Ativo:</u>		
Outros	20.249	23.874
<u>Passivo:</u>		
Subsídios à exploração	4.929.685	6.069.938
Outros	1.966.852	847.743
	<u>6.896.537</u>	<u>6.917.681</u>

13. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 100 unidades de participação com o valor nominal de 4.987,98 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os fundos do Instituto estavam repartidos pelas seguintes entidades:

	%	Montante
IST	51%	254.387
INESC	49%	244.411
	<u>100%</u>	<u>498.798</u>

14. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações suplementares concedidas pelo INESC. O Instituto segue o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido e o seu reembolso só pode ser efetuado quando, após o seu pagamento, os fundos patrimoniais não fiquem inferiores à soma do fundo e da reserva legal.

Durante o exercício de 2023 foram restituídos 125.000 Euros relativo ao saldo remanescente de prestações suplementares.

15. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% dos fundos. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

M.
 W
 DF
 \$
 W
 Los
 P

16. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" apresentou o seguinte movimento:

	<u>Outras variações nos fundos patrimoniais</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2023	107.644
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(273.814)
Subsídios obtidos	<u>670.970</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>504.800</u>
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(296.916)
Subsídios obtidos	<u>127.224</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>335.109</u></u>

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

17. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

De acordo com a Assembleia Geral de 28 de abril de 2024, o resultado líquido do exercício findo a 31 de dezembro de 2023, disponível para aplicação, de 101.071 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	5.054
Resultados transitados	<u>96.017</u>
	<u><u>101.071</u></u>

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

De acordo com a Assembleia Geral de 31 de março de 2023, o resultado líquido do exercício findo a 31 de dezembro de 2022, disponível para aplicação, de 15.358 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	767
Resultados transitados	<u>14.591</u>
	<u><u>15.358</u></u>

18. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor das provisões tinha a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto sobre o Valor Acrescentado	579.327	579.327
Outras provisões	<u>121.590</u>	<u>94.332</u>
	<u><u>700.917</u></u>	<u><u>673.659</u></u>

Na sequência de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais ao Imposto sobre o Valor Acrescentado referente aos exercícios de 2003 a 2005, o Instituto foi, no decurso de 2007 e



2008, notificado para proceder a liquidações adicionais nos montantes de, aproximadamente, 125.000 Euros e 337.000 Euros. Em exercícios anteriores, o Instituto procedeu ao pagamento parcial de liquidações, no montante de, aproximadamente, 155.000 Euros e reconheceu provisões relacionadas com os riscos fiscais associados, no montante de aproximadamente, 579.000 Euros, tendo, no entanto, procedido à apresentação de impugnações judiciais por desacordo dos fundamentos técnicos apresentados pela Administração Fiscal, as quais se encontram em curso, no Tribunal Administrativo e Fiscal.

No decurso de 2024, foi proferido acordo pelo Tribunal Tributário relativamente ao processo de 2005, o acórdão é totalmente favorável ao Instituto, estando a aguardar o trânsito em julgado. Encontrando-se apenas pendente o processo relativo a 2003.

No decurso de 2019, o INESC ID foi objeto de uma inspeção tributária, referente a atos de correção de valores de crédito de IVA reportados a períodos seguintes e que vieram a ser objeto de liquidação/compensação de imposto de 2006 a 2016. Na sequência da inspeção o Instituto foi, no decurso de 2019, notificado para proceder a liquidações adicionais nos montantes de, aproximadamente, 216.000 Euros, e de correções no montante de 454.597 Euros. Até 31 de dezembro de 2019, o Instituto procedeu ao pagamento daquela liquidação, tendo, no entanto, apresentado recurso para o Tribunal Arbitral por desacordo dos fundamentos técnicos apresentados pela Administração Fiscal ("AT"). Em fevereiro de 2020 foi emitido o acórdão do CAAD de Lisboa, que julgou procedentes, numa percentagem de 95,11%, as impugnações apresentadas pelo INESC ID, anulando as liquidações adicionais e parte das correções efetuadas pela AT, não tendo havido recurso desta decisão por parte da AT. No decurso de 2020 a AT procedeu à execução do Acórdão do CAAD, tendo sido devolvidos ao Instituto os valores das liquidações adicionais, juros de mora, valores de IVA a reportar, e reembolsadas as custas do processo, em conformidade com a pronúncia arbitral do CAAD.

Adicionalmente, no decurso de 2022, o INESC ID foi objeto de uma inspeção tributária, referente a IVA reportado de 2017 a 2019. Na sequência da inspeção o Instituto foi, durante o exercício de 2023, notificado para proceder a correções nos montantes de, aproximadamente, 100.000 Euros, 105.000 Euros e 7.800 Euros, respetivamente. Até 31 de dezembro de 2023, o Instituto procedeu ao encontro de contas com a inspeção tributária das correções de 2017 e 2018, tendo, no entanto, à semelhança de em situações anteriores, procedido à apresentação de impugnações judiciais por desacordo dos fundamentos técnicos apresentados pela Administração Fiscal.

Na sequência da decisão arbitral proferida pelo CAAD em 2023, relativa à anulação dos atos de correção de imposto relativos às inspeções da AT, dos anos de 2017 e 2018, o Instituto foi já ressarcido dos valores de 100.000 Euros e de 105.000 Euros, respetivamente e dos correspondentes juros liquidados, acrescidos de juros indemnizatórios e moratórios.

Relativamente à inspeção do exercício de 2019, a AT apurou correções no valor de 7.800 Euros, os quais não foram objeto de reclamação por parte do Instituto

O movimento das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi como segue:

Descrição	2024		Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	579.327	-	579.327
Outras provisões	94.332	27.258	121.590
	<u>673.659</u>	<u>27.258</u>	<u>700.917</u>

Descrição	2023		Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	579.327	-	579.327
Outras provisões	77.391	16.941	94.332
	<u>656.718</u>	<u>16.941</u>	<u>673.659</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o balanço inclui um ativo relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), no montante de 174.394 Euros e de 296.615 Euros (Nota 11).

19. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" tinham a seguinte composição:

	2024	2023
Fornecedores:		
Gerais	62.451	131.878
Partes relacionadas (Nota 31)	50.142	82.533
Fornecedores de investimento	237.105	61.548
	<u>349.698</u>	<u>275.959</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar (a)	1.005.843	849.574
Outros acréscimos (b)	432.542	373.463
Outras dívidas a pagar (c)	2.032.591	4.100.780
	<u>3.470.976</u>	<u>5.323.817</u>
	<u>3.820.673</u>	<u>5.599.776</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de acréscimos de gastos de remunerações a liquidar, inclui a estimativa de prémios a pagar a bolseiros e investigadores, no montante de, aproximadamente, 610.000 e 589.838 Euros, respetivamente (Nota 31).

(b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de outros acréscimos de gastos, inclui a um saldo com partes relacionadas nos montantes de 1.000.100 Euros e 917.948 Euros, respetivamente (Nota 31).

(c) Na rubrica de "Outras dívidas a pagar", em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão incluídos 1.971.968 Euros e 4.074.622 Euros, respetivamente, a entregar a parceiros de projetos nos quais o Instituto é o coordenador e o representante perante a entidade financiadora (Nota 24).

20. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto não utiliza bens adquiridos ao abrigo de contratos de locação financeira, existindo diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços ao INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 405.945 Euros e 354.225 Euros, respetivamente. As locações operacionais são referentes ao contrato de arrendamento relativo às suas instalações sem período definido, sendo expectável que o valor das rendas se mantenha nos próximos 5 anos em valores similares aos de 2024 e 2023.

O gasto com rendas e alugueres reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi de 426.875 Euros e 357.310 Euros, respetivamente.

N
 nms
 IRF
 #
 we
 Loj
 P

21. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto tinha solicitado a prestação de uma garantia bancária a favor da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, relacionada com as liquidações efetuadas pelas autoridades fiscais, em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), dos exercícios de 2004 e 2005, no montante de 359.327 Euros (Nota 18).

22. RÉDITO

As prestações de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram integralmente realizadas no mercado nacional e tinham o seguinte detalhe:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prestações de serviços	<u>469.269</u>	<u>628.270</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram prestados serviços a partes relacionadas, nos montantes de 702 Euros e 2.642 Euros, respetivamente (Nota 31).

23. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica "Subsídios à exploração", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Projetos nacionais	4.774.139	3.121.875
Projetos europeus	<u>1.581.356</u>	<u>2.061.639</u>
	<u>6.355.495</u>	<u>5.183.514</u>

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Direção do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, considerando as perdas por imparidade registadas nas mesmas (Nota 10).

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Trabalhos especializados	600.106	1.120.962
Rendas e alugueres	426.875	357.310
Conferências	81.722	90.889
Honorários	138.047	103.703
Deslocações e estadas	600.707	712.723
Ferramentas e utensílios	41.896	48.427
Componentes	5.835	16.932
Livros e documentação técnica	3.421	4.300
Comunicação	7.624	8.265
Outros	179.296	179.197
	<u>2.085.529</u>	<u>2.642.708</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 785.665 Euros e 1.114.385 Euros, respetivamente (Nota 31).

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Remunerações	2.551.847	1.570.164
Bolsas	1.281.718	962.015
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	554.772	342.381
Seguros	88.619	63.642
Prémios, bónus e gratificações	30.000	20.000
Indemnizações	31.410	44.456
Outros	2.242	4.261
	<u>4.540.607</u>	<u>3.006.919</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto reconheceu os montantes de 176.419 Euros e 173.674 Euros, respetivamente, de cedências de pessoal efetuadas por partes relacionadas (Nota 31).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 57 e 45 empregados, respetivamente.

O INESC ID tem por procedimento atribuir prémios anuais aos seus empregados, bolseiros e investigadores. O valor total anual destes prémios depende do desempenho das pessoas e do volume de horas de dedicação, sendo este último critério aplicável aos bolseiros e investigadores.

26. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Conferências realizadas	73.350	109.412
Doações	192.769	47.571
Subsídios ao investimento (Nota 16)	296.916	273.814
Outros	93.534	121.252
	<u>656.568</u>	<u>552.049</u>

12
171
ILF
\$
me
Los
P

DR
 HM
 JUF
 \$
 me
 Los
 P

27. OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Inscrições	31.767	42.216
Quotizações	23.039	24.329
Outros	121.108	71.005
	<u>175.914</u>	<u>137.550</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas, no montante de 25.404 Euros e 1.110 Euros, respetivamente (Nota 31).

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ascenderam a 198.561 Euros e 55.018 Euros, respetivamente, e respeitam à remuneração sobre depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, remuneradas a taxas normais de mercado para operações similares.

29. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ascenderam 5.329 Euros e 5.694 Euros, respetivamente.

30. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

As rubricas de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tinham a seguinte composição:

	2024	2023
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	397.598	367.545
Ativos intangíveis (Nota 7)	-	-
	<u>397.598</u>	<u>367.545</u>

31. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

NR
DF
R

	2024			
	Serviços prestados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Outros gastos (Nota 27)
INESC	702	427,176	107.989	1,295
NOV INESC Inovação	-	111.332	68.430	-
INESCTEC	-	12.876	-	-
Instituto Superior Técnico ("IST")	-	234.281	-	24.109
	<u>702</u>	<u>785.665</u>	<u>176.419</u>	<u>25.404</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços, cedências de meios humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2024			2023		
	Outras dívidas a pagar (Nota 19)	Fornecedores (Nota 19)	Clientes (Nota 10)	Outras dívidas a pagar (Nota 19)	Fornecedores (Nota 19)	Clientes (Nota 10)
INESC	-	30.486	-	-	69.163	663
NOV	57.414	17.195	-	81.147	8.511	-
IST	910.000	2.461	-	800.000	4.859	-
INESC MN	4.686	-	-	9.709	-	-
INESC TEC	28.000	-	-	27.092	-	-
	<u>1.000.100</u>	<u>50.142</u>	<u>-</u>	<u>917.948</u>	<u>82.533</u>	<u>663</u>

32. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi determinado como segue:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício	204.587	101.071
Número de unidades de participação (Nota 13)	100	100
Resultado por unidade de participação básico	<u>2.045,87</u>	<u>1.010,71</u>

Por não existirem efeitos diluidores, o resultado por unidade de participação básico é igual ao resultado por unidade de participação diluído.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

(Nº 91 565)

Marie Lou Botelho

O CONSELHO DE DIRETORES

Nuno Filipe Vilela
Maria Inês Correia de Castro
Helena Isabel de Jesus Galvão
Luís Miguel de Oliveira
Fernando de Almeida

10
11
12
13
14
15
16

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

(ver páginas seguintes)



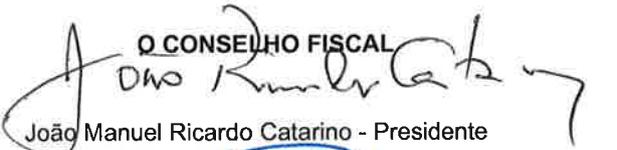
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Associados do

INESC ID– Instituto de Engenharia e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa

1. No âmbito das suas atribuições, e em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 elaboradas pela Direção do INESC ID – Instituto de Engenharia e Computadores Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (INESC ID).
2. O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício a atividade do INESC ID através da realização de reuniões trimestrais onde foram analisados os documentos síntese da atividade trimestral desenvolvida elaborados e apresentados pela Direção do INESC ID, bem como os balanços e demonstrações de resultados elaborados pela Direção Financeira.
3. No âmbito das nossas funções, analisámos as demonstrações financeiras que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do ano de 2024 preparado pela Direção e a proposta de aplicação de resultados nele incluída.
4. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas membro do Conselho Fiscal emitiu na presente data a Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases, a cujo teor damos a nossa concordância, e tomámos conhecimento do Relatório de Auditoria emitido pela Deloitte & Associados, SROC, SA, também com opinião sem reservas nem ênfases.
5. Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras supracitadas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, elaboradas e apresentadas pela Direção do INESC ID estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação e aprovação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 11 de abril de 2025

O CONSELHO FISCAL

João Manuel Ricardo Catarino - Presidente

Isabel Dias - Vogal


Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

120
NM
22F

we
101
/

Certificação Legal de Contas

(ver páginas seguintes)

```
31  
32 self.file  
33 self.file.write(fp) # write to file  
34 self.logger.debug("Request fingerprint: %s", request_fingerprint) # log fingerprint  
35 self.debug debug  
36 self.logger logging.getLogger(__name__)  
37  
38 path:  
39 self.file open(os.path.join(self.path, "request_fingerprints.txt"), "a")  
40 self.file.seek(0)  
41 self.fingerprints.write(fp) # write to file  
42  
43 classmethod  
44 def from_settings(cls, settings):  
45     debug = settings.getboolean("DEBUG", True) # debug  
46     cls.job_dir(settings) # debug  
47  
48 def request_seen(self, request):  
49     fp = self.request_fingerprint(request) # fingerprint  
50     fp = True  
51     self.fingerprints.add(fp) # add fingerprint  
52     self.file: # write to file  
53     self.file.write(fp) # write to file  
54  
55 def request_fingerprint(self, request):  
56     request_fingerprint(request)
```

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º
4100-130 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (Instituto) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 13.167.550 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.584.901 euros, incluindo um resultado líquido de 204.587 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 4 de abril de 2025

Victor Franco

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC N.º 432
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the text "nos" and "P".

Relatório de Auditoria

(ver páginas seguintes)



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (“Instituto” ou “INESC”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 13.167.550 Euros e fundos patrimoniais de 1.584.901 Euros, incluindo um resultado líquido de 204.587 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

8

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

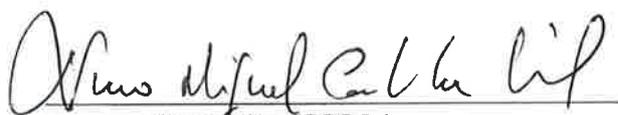
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 4 de abril de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva, ROC
Registo na OROC n.º 1462
Registo na CMVM n.º 20161072